

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21000.042507/2025-77**

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

**BRASIF S/A EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 52.226.073/0001-08, com matriz estabelecida na Rua Margarida Assis Fonseca, nº 171, Califórnia, Belo Horizonte/MG – CEP 30.855-070 e filiais inscritas no CNPJ sob nº 52.226.073/0014-14, estabelecida na Avenida do Comércio, nº 455, Santa Genoveva, Goiânia/GO - CEP 74.670-120; CNPJ nº 52.226.073/0029-09, estabelecida na Quadra 103 Norte (ACNO 1) Avenida LO 02, nº 44, Conj 4, Lote 39 e 41, Plano diretor Norte, Palmas/TO – CEP 77.001-022 e CNPJ sob nº 52.226.073/0025-77, estabelecida na Avenida José Alves de Oliveira, nº 4520, Distrito Industrial, Jundiaí/SP - CEP 13.213-105, por seu representante, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 164 da Lei nº14.133/21, apresentar,

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

Pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas.

#### **I – BREVE SÍNTESE**

O presente Pregão promovido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, tem como objeto a aquisição de máquinas pesadas conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos para diversos tipos de equipamentos, incluindo retroescavadeiras e pás carregadeiras, buscando atender às necessidades de desenvolvimento regional e territorial.

Todavia, algumas exigências constantes do edital apresentam **restrições técnicas que não se mostram essenciais ou plenamente compatíveis com a realidade do mercado**, o que pode comprometer a competitividade e a isonomia entre os licitantes. Por esse motivo, a impugnante apresenta os pontos a seguir para análise e retificação.

## II - DOS PONTOS IMPUGNADOS

Ao analisar o edital do presente pregão eletrônico, constata-se que algumas exigências técnicas, constantes do **Termo de Referência**, embora formuladas com a intenção de assegurar qualidade e desempenho, não se revelam essenciais nem plenamente compatíveis com as práticas consolidadas do mercado. Tais disposições, da forma como estão redigidas, podem acabar por restringir a competitividade e afastar fabricantes tradicionais.

Dessa forma, os pontos a seguir, são objeto da presente impugnação:

### 1. RETROESCAVADEIRA – ITENS 1, 3 E 4

O Termo de Referência estabelece, para retroescavadeiras, a exigência de **cilindrada de 4 litros, peso operacional mínimo de 7.600 kg e freio de estacionamento através de alavanca**. No entanto, a análise técnica demonstra que tais requisitos não guardam relação direta com o desempenho efetivo do equipamento e acabam por restringir a participação de modelos consolidados no mercado.

#### ➤ **Cilindrada de 4 litros**

A exigência acima não constitui indicador técnico essencial, uma vez que o desempenho da retroescavadeira está diretamente vinculado à **potência efetiva do motor**, já prevista no edital como mínima de 85 hp. A cilindrada, por si só, não garante maior eficiência ou robustez, pois diferentes tecnologias de combustão, sistemas de injeção e projetos de engenharia permitem que motores com cilindradas distintas entreguem a mesma potência, com igual ou até superior desempenho.

É importante observar que, fabricantes renomados adotam soluções variadas: alguns motores de menor cilindrada alcançam alta potência graças à eficiência energética e ao uso de turbocompressores, enquanto outros de maior cilindrada podem ter desempenho semelhante sem ganhos adicionais. Assim, exigir um limite mínimo de cilindrada acaba por restringir indevidamente a competitividade, afastando modelos que atendem plenamente às necessidades operacionais.

Diante disso, **solicita-se a retirada da exigência de cilindrada mínima**, mantendo-se apenas o critério de potência, que é o verdadeiro indicador de desempenho e produtividade.

#### ➤ **Peso operacional mínimo de 7.600 kg**

A exigência acima não constitui indicador técnico essencial, uma vez que o desempenho de uma retroescavadeira não decorre de sua massa estática, mas sim da combinação de fatores como a potência do motor, a força hidráulica disponível, a estabilidade do conjunto e a geometria dos implementos.

Deve-se observar que, com os avanços tecnológicos, os fabricantes passaram a empregar materiais de alta resistência e soluções estruturais que permitem reduzir o peso sem comprometer a durabilidade ou a segurança. Dessa forma, a fixação de um limite mínimo de massa ignora a evolução do setor e acaba por restringir a participação de equipamentos que, mesmo mais leves, atendem plenamente às exigências de desempenho.

É o caso do modelo **Case 580NS2**, que possui peso operacional de **7.246 kg** e cumpre integralmente os requisitos de potência e capacidade de caçamba previstos no edital. Outros modelos disponíveis no mercado, como John Deere 410L (7.357 kg), Caterpillar 416 (7.214 kg) e New Holland B95B (7.445 kg), também se situam abaixo do limite imposto, evidenciando que a exigência não reflete a realidade técnica do setor.

Diante disso, **solicita-se a retirada da exigência de peso operacional mínimo de 7.600 kg para as retroescavadeiras ou, subsidiariamente, sua readequação para 7.200 kg**, de modo a permitir a participação do modelo Case 580NS2 e de outros equipamentos equivalentes, garantindo competitividade no certame.

➤ **Freio de estacionamento através de alavanca**

A exigência acima não constitui indicador técnico essencial, uma vez que tanto o sistema de acionamento por **alavanca** quanto por **interruptor no console** atendem plenamente às normas de segurança e garantem o funcionamento adequado do equipamento.

O sistema por **interruptor** representa uma solução mais moderna e eficiente, oferecendo operação ergonômica, acionamento preciso, integração com sistemas eletrônicos de segurança e menor desgaste mecânico, o que aumenta a confiabilidade e reduz custos de manutenção. Já o sistema por alavanca, embora tradicional, também é seguro e amplamente utilizado.

Ao restringir o edital apenas ao modelo por alavanca, afasta-se a possibilidade de participação de fabricantes que adotam soluções mais modernas, sem qualquer prejuízo à segurança ou ao desempenho.

Diante disso, **solicita-se que o edital aceite ambos os sistemas, alavanca ou interruptor**, garantindo flexibilidade técnica, maior competitividade e alinhamento às práticas consolidadas do mercado.

## **2. PÁ CARREGADEIRA – ITENS 6, 8 E 9**

O Termo de Referência estabelece, para as pás carregadeiras, a exigência de **força de desagregação da caçamba de no mínimo 120 kn**. A análise técnica demonstra que essa condição não possui fundamento suficiente para ser considerada indispensável ao desempenho ou à segurança do equipamento, e acaba por

restringir a participação de fabricantes consolidados que utilizam soluções distintas, igualmente seguras e adequadas.

➤ **Força de desagregação da caçamba de no mínimo 120 kn**

A exigência acima não constitui indicador técnico essencial, uma vez que **não guarda compatibilidade com os padrões de mercado para a categoria** de máquinas especificada no edital (**potência mínima de 125 hp e peso operacional mínimo de 10.000 kg**).

Os principais modelos comercializados no Brasil, amplamente reconhecidos pela robustez e eficiência, apresentam valores significativamente inferiores, como a **CASE W20G (8.126 kgf)**, que atende **plenamente** às faixas de potência e peso operacional previstas no edital. Além disso, outros modelos disponíveis no mercado, como New Holland W12D (8.071 kgf), Caterpillar 920K (7.894 kgf) e John Deere 444G (8.000 kgf), evidenciam que a exigência de 120 kN está fora da realidade técnica do setor.

Para alcançar tal valor, seria necessário ofertar máquinas de categoria superior, com maior porte estrutural e força operacional, o que acarretaria aumento de custo de aquisição, manutenção e consumo de combustível, contrariando o propósito do edital de adquirir equipamentos dentro de uma faixa técnica e operacional específica.

Diante disso, **solicita-se a redução da força de desagregação mínima para 7.800 kgf (77 kN)**, valor compatível com os padrões de mercado e suficiente para assegurar desempenho adequado, sem prejuízo à competitividade e à economicidade.

### **III – DO DIREITO**

A presente impugnação encontra amparo nos princípios e normas que regem as contratações públicas, especialmente na Lei nº 14.133/2021, que estabelece diretrizes para a elaboração de editais e termos de referência.

O art. 5º da referida lei consagra os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, impondo à Administração o dever de assegurar condições que permitam a ampla participação dos interessados, sem restrições desnecessárias ou desproporcionais.

Além disso, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal dispõe que a licitação deve assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes. Ao impor requisitos sem pertinência técnica, o edital compromete esse princípio constitucional, criando barreiras artificiais que não atendem ao interesse público.

É importante destacar que a **finalidade da licitação não é restringir, mas sim ampliar a disputa**, de modo que a Administração possa selecionar a proposta mais vantajosa. Exigências excessivas ou desnecessárias,

como as apontadas, acabam por direcionar o certame e limitar a escolha de soluções que poderiam oferecer melhor custo-benefício, contrariando o espírito da lei.

Portanto, ao impor condições que não guardam relação direta com a finalidade do objeto, o edital viola os princípios da **legalidade, isonomia, competitividade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa**, previstos na legislação vigente.

Diante disso, **requer-se o acolhimento da presente impugnação, com a correção das exigências apontadas**, de modo a assegurar a ampla participação dos licitantes e a plena observância dos princípios que regem as contratações públicas.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, requer-se o **acolhimento da presente impugnação**, com a consequente **revisão das exigências** constantes do Termo de Referência, especificamente:

1. **Quanto a Retroescavadeira – Itens 1, 3 e 4:** A exclusão da exigência de cilindrada mínima de 4 litros, mantendo apenas o critério de potência bruta mínima de 85 hp, que é o verdadeiro indicador de desempenho operacional; a exclusão da exigência de peso operacional mínimo de 7.600 kg, ou, subsidiariamente, sua readequação para 7.200 kg e o ajuste da especificação para admitir tanto o freio de estacionamento acionado por alavanca quanto por interruptor no console, garantindo flexibilidade técnica e maior competitividade;
2. **Quanto a Pá Carregadeira – Itens 6, 8 e 9:** A redução da exigência de força de desagregação mínima de 120 kN (12.236 kgf) para 7.800 kgf (77 kN), valor compatível com os padrões técnicos de potência e peso operacional estabelecidos no edital e com os equipamentos amplamente comercializados no mercado nacional.

Termos em que,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2025.

---

**BRASIF S/A EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO**